



## **PARECER TÉCNICO – ASSESSORIA JURÍDICA**

Data: 30/03/2016

### **Matéria/ Ementa:**

Projeto de Lei nº 22/2016 que “**Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir mensalmente com entidade oficial de representação dos municípios**”.

### **Relatório:**

O Projeto de Lei, apresentado pelo Executivo, visa autorização para que o município contribua, mensalmente, com a Associação Gaúcha dos Municípios - AGM. Conforme contido no artigo 2º do Projeto, “*a contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município na defesa dos seus interesses locais e regionais junto a outros entes da Federação, órgãos e Poderes municipais, estaduais e nacionais*”.

Também, o art. 6º, ratifica os atos de delegação e contribuição a entidade realizados até a data da publicação da Lei.

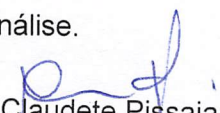
### **Fundamentação:**

O art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas, prevê que a destinação de recursos deverá ser autorizada por Lei específica.

Assim, a autorização para subsidiar a entidade encontra amparo no próprio Projeto de Lei, que, em sendo aprovado, tornar-se-á a Lei Específica.

### **Opinião:**

Pelo exposto, é pela viabilidade técnica jurídica do Projeto de Lei em análise.

  
Claudete Pissaia  
Assessora Jurídica